



O GEPSD promoveu na Curia a 9ª Universidade da Europa.

A 9ª edição da Universidade da Europa realizou-se nos dias 15, 16 e 17 de Abril na Curia tendo sido encerrada pelo Presidente do PSD, Pedro Passos Coelho.

Pg. 04

EDITORIAL CARLOS COELHO

BREXIT

No dia em que fecho esta edição da *Carta da Europa* (30.Maio) desconheço o que vai suceder no **referendo** de dia **23 de Junho** no **Reino Unido**.

Creio que o **BREXIT** vai perder e que a maioria dos eleitores britânicos preferem continuar na União.

Mas, se for outro o resultado, é importante que se recorde que o Tratado de Lisboa prevê expressamente a possibilidade de um Estado-Membro sair da UE. **Não há pois nenhuma calamidade** institucional, trata-se do **exercício de um direito**.

E ao contrário da tese das peças de dominó (saídas que provocam outras saídas), creio que a saída e as suas consequências **tornarão mais evidentes as vantagens de se estar dentro** e reforçarão o sentimento de pertença à UE.

Motivo de preocupação são as **cedências que o Conselho fez ao senhor Cameron**. A Europa em que acredito implica **Coesão e Solidariedade**. Por isso, rejeito uma construção de crescente geometria variável em que os Estados-Membros decidem em cada caso qual a Europa lhes é mais conveniente. E não aceito cidadãos europeus de primeira e de segunda. Receio muito que as **cedências a Cameron criem precedentes** que enfraqueçam a União.

Carlos Coelho condena guerra contra hospitais e escolas.

Pg. 02

José Manuel Fernandes e Cláudia Monteiro de Aguiar distinguidos no PE.



Pg. 6 e 7

Açorianos não têm responsabilidades na crise do Leite, afirma Sofia Ribeiro.


Pg. 09

Carlos Coelho condena ataques a hospitais e escolas em palco de guerra

O Parlamento Europeu aprovou, em Bruxelas, uma Resolução sobre **ataques a hospitais e escolas** como **violações do direito internacional humanitário**.

Nos últimos anos, a comunidade internacional tem assistido a uma tendência para ataques a hospitais e escolas em conflitos armados em todo o mundo como os mais recentes ataques aos centros de saúde dos Médicos Sem Fronteiras, em Kunduz (Afeganistão), em 3 de Outubro de 2015 e em Razah (Lémen), em 10 de Janeiro de 2016.

Para **Carlos Coelho** “*é urgente que se respeite o Direito Internacional Humanitário tendo o Conselho de Segurança das Nações Unidas um papel claro no respeito do direito internacional e dos trabalhadores humanitários*” tendo o social-democrata apelado a que o Conselho de Segurança das Nações Unidas “*utilize todos os instrumentos disponíveis, tais como a utilização de medidas específicas, a criação de missões de informação ou de comissões de inquérito, ou os mecanismos judiciais, como o recurso ao TPI, e que não se recorra ao veto nas decisões do Conselho de Segurança sobre questões relacionadas com a acção humanitária e que os actos susceptíveis de constituírem violações destas normas sejam sistematicamente investigados e que os suspeitos sejam julgados*”.

Os ataques brutais contra infra-estruturas civis, como hospitais e escolas, demonstram uma **negligência grave dos princípios fundamentais do direito humanitário** enquanto espaços neutros e protegidos durante situações de conflito armado. Tem de ser assegurada através de investigações transparentes, independentes e imparciais aos ataques brutais ocorridos e através de uma verdadeira responsabilização pelos crimes cometidos por todas as partes envolvidas. 



Para Carlos Coelho “é urgente que se respeite o Direito Internacional Humanitário tendo o Conselho de Segurança das Nações Unidas um papel claro no respeito do direito internacional e dos trabalhadores humanitários”

Paulo Rangel participa em debate sobre o papel dos Think Thanks

Paulo Rangel, na qualidade de presidente do European Ideas Network (EIN) participou num debate sobre o papel dos think-tanks no processo de decisão política europeia. A iniciativa organizada pelo Martens Center contou com a participação de James McGann, diretor do Think Tanks and civil society program, Hans-Gert Poetering, antigo presidente do Parlamento Europeu e actual presidente da Fundação Konrad Adenauer, Mikulas Dzurinda, antigo primeiro-ministro eslovaco e presidente do Wilfried Martens Center. No debate Paulo Rangel sublinhou que os think tanks, além do desenvolvimento de conteúdos políticos de grande profundidade deviam melhorar a comunicação para que os seus estudos cheguem mais facilmente aos cidadãos. 



Eurodeputado Fernando Ruas em defesa do azeite português na Europa

O Deputado **Fernando Ruas** interveio, na sessão plenária do Parlamento Europeu em Bruxelas, sobre a aprovação de concessões comerciais extraordinárias à Tunísia (isenções aduaneiras) para a exportação de azeite, durante os próximos dois anos.

Na sua tomada de posição, defendeu que *“é naturalmente favorável à solidariedade europeia para com países alvo de ataques terroristas, como foi o caso da Tunísia”*, tendo no entanto manifestado as suas *“reservas quanto à forma como a solidariedade neste caso concreto pretende ser exercida, não só porque pode vir a prejudicar, uma vez mais, um sector com algumas debilidades,”* acrescentando que *“é possível dispor de outros instrumentos existentes, no âmbito das políticas externa, de vizinhança ou humani-*

tária”. Em sede de Comissão de Comércio Internacional, o Deputado Europeu já havia expressado as suas preocupações relativamente a este sector em alguns Estados-Membros - como é o caso de Portugal, em que o azeite representa um sector chave na nossa economia agrícola, que nos coloca mesmo no “Top 5” mundial ao nível das exportações.

É por isso que o Eurodeputado Português quis deixar bem vincado junto dos restantes eurodeputados e demais Instituições Europeias que *“a solidariedade da UE não deve, pois, valer apenas para fora da UE, mas também no seio da UE”*, o que equivale a dizer que deve haver uma maior protecção aos sectores considerados chave para a economia agrícola de alguns Estados-Membros e alternativas mais justas e adequadas a apoiar a economia de países terceiros. 





9ª Universidade da Europa



Nos dias 15, 16 e 17 de Abril, decorreu em Anadia a **9ª Universidade da Europa**. Durante estes três dias 70 jovens, selecionados de entre os 150 candidatos, receberam formação sobre política Europeia.


A Universidade da Europa deste ano teve como professores os Eurodeputados eleitos pelo PSD, **Paulo Rangel, Fernando Ruas, Sofia Ribeiro, Carlos Coelho, Claudia Monteiro de Aguiar e José Manuel Fernandes**. De Espanha veio **Esteban Gonzalez Pons**, Eurodeputado do PPE, Vice-presidente do

PPE e chefe da delegação espanhola do PP no Parlamento Europeu.

Durante os três dias de formação política, estiveram em debate temas como: “Como funciona a UE”; “Riscos externos: refugiados ou terrorismo”; “Quem Paga a Europa”; “A Europa em crise: doença ou mutação genética”; “combate ao desemprego”, etc.

A Universidade foi aberta pelos Director da Universidade, o Eurodeputado Carlos Coelho e o Presidente da JSD, Simão Ribeiro. Para Carlos Coelho *“numa altura em que a Europa*

se confronta com problemas, como a crise dos refugiados, e o avanço dos partidos extremistas, esta iniciativa é cada vez mais importante para chamar os jovens para o projeto Europeu”.


O encerramento da Universidade da Europa foi feito pelo Presidente do PSD, **Pedro Passos Coelho**. A Universidade da Europa é uma organização conjunta do Grupo Europeu do PSD, da JSD, do Instituto Francisco Sá carneiro e do Partido Popular Europeu. 

Mediterrâneo: Estamos a empurrá-los para a morte

Carlos Coelho lamentou profundamente esta tragédia e recordou que **“há precisamente um ano, 700 pessoas tinham morrido a tentar atravessar o Mediterrâneo. Também há pouco mais de um ano, o Papa Francisco foi infelizmente profético nas suas palavras: Não se pode tolerar que o Mar Mediterrâneo se torne um grande cemitério”**.

O Social-democrata considerou que **“independentemente do conteúdo do acordo com a Turquia e das violações que têm vindo a ser relatadas, o resultado deste acordo está à vista. Estamos a empurrar estas pessoas para as rotas mais longas e perigosas. Estamos a empurrá-los para a morte”**.

Carlos Coelho assinalou ainda que **“o Parlamento Europeu aprovou uma estratégia abrangente, que traça um diagnóstico preciso, olha criticamente para a resposta de emergência, apresenta um conjunto de reformas estruturais – como o sistema europeu comum**

de asilo, ou as fronteiras externas – e reclama algo que a União precisa desesperadamente: solidariedade e visão de longo prazo”. O Deputado ao Parlamento Europeu conclui considerando que **“a prioridade no mar tem de ser busca e salvamento, tem de ser salvar vidas. Devemos acolher os refugiados, proceder à sua identificação e registo, responder às emergências médicas, proceder à sua triagem, agilizar a relocação solidária de refugiados e promover o retorno dos que não cumprem os requisitos para permanecerem”**. 



Sofia Ribeiro defende redução de impostos sobre o trabalho


A Eurodeputada **Sofia Ribeiro** interveio na sessão Plenária em Estrasburgo, no debate sobre a proposta da Comissão Europeia de criação de uma plataforma de combate ao trabalho não declarado. A Eurodeputada dos **Açores** começou por referir que este é um flagelo social que tem **“raízes profundas e complexas, prejudica gravemente o trabalhador nos direitos sociais e laborais, e conduz à diminuição da receita fiscal e das contribuições para a segurança social”**.

De facto, o trabalho não declarado, que consiste numa atividade remunerada de caráter lícito, mas não declarada aos poderes públicos, pode ser identificado em várias áreas de atividade económica, com especial incidên-

cia no sector da construção, mas também noutros serviços como os serviços domésticos (serviços de limpeza, guarda de crianças e de idosos), os serviços pessoais, a segurança privada, a limpeza industrial, a agricultura, pescas, hotelaria, restauração e **catering**. Para Sofia Ribeiro é essencial que **“se combatam abusos sobre o trabalhador”**, não apenas através das **“atividades remuneradas que se tornam ilícitas por não serem devidamente declaradas às autoridades competentes, mas também às falsas situações de trabalho por conta própria”**.

Para combater o flagelo, a Eurodeputada sugeriu que se criassem **“reais incentivos”** para que trabalhadores e empregadores

percebam que **“só têm vantagens em declarar o trabalho realizado”**. Segundo Sofia Ribeiro as medidas devem passar por **“reduzir os impostos sobre o trabalho e aumentar os benefícios dos trabalhadores e das suas famílias a nível da assistência social”**.

A concluir a sua intervenção, Sofia Ribeiro acabou mesmo por apelar para que a Comissão Europeia incentive os Estados-Membros a divergir **“para outras formas de obtenção de receita fiscal, através de um investimento na assistência na saúde, nas pensões e no apoio em situação de desemprego. Esta é a melhor forma de limitar a tentação de fuga ao fisco através de uma relação laboral desregulada”**. 

A Eurodeputada Sofia Ribeiro: “precisamos de começar a gerar empregos de qualidade investindo no capital humano”

A Eurodeputada **Sofia Ribeiro** interveio sobre a crise social que afeta a Europa e as necessidades sobre o emprego, numa reunião que juntou toda a família política do Partido Popular Europeu (maior grupo político do Parlamento Europeu), no âmbito da Semana Interparlamentar Europeia 2016. O encontro decorreu no Parlamento Europeu, em Bruxelas, e proporcionou debates conjuntos entre os eurodeputados e deputados nacionais de toda a União Europeia.

A eurodeputada dos **Açores** começou por referir que *“somos confrontados com o desafio dos enormes fluxos migratórios e de refugiados que vêm para a Europa”*, tendo acrescentado que *“se quisermos permanecer no caminho para o crescimento sustentável, precisamos de começar a gerar empregos de qualidade reformando as nossas economias e investindo no capital humano dos nossos cidadãos, o que requer uma actualização urgente da legislação laboral em conformidade com as necessidades dos cidadãos e das empresas”*.


Esta reunião do grupo PPE, que contou como oradoras principais as Eurodeputadas



Sofia Ribeiro e Esther de Lange, vice-presidente do PPE, teve como objectivo proporcionar o debate em torno das mudanças recentemente propostas para o processo do Semestre Europeu, o intercâmbio de informações sobre as melhores práticas na execução destes ciclos, bem como o reforço

da cooperação no sentido de acompanhar as acções do executivo a nível nacional e europeu.

Segundo Sofia Ribeiro *“o diálogo com os parlamentos nacionais assume uma importância crucial para apoiar a recuperação económica através de reformas estruturais, consolidação das finanças públicas e lançamento de investimentos reprodutivos”*, tendo acrescentado que *“apoio uma participação mais intensa dos parceiros sociais a nível das instituições europeias, pois se queremos manter o crescimento sustentável a longo prazo na Europa, precisamos trabalhar com todas as partes envolvidas neste processo”*.

A finalizar a sua intervenção, Sofia Ribeiro revelou ainda ser fundamental *“antecipar a negociação do Semestre Europeu e manter uma articulação contínua ao longo de todo o ano, não apenas na fase da definição das políticas do próprio Semestre, mas também na fase de implementação, para permitir a avaliação continuada e a sua readequação às necessidades dos Estados Membros e da União Europeia, quando necessário”*. 


Claúdia Monteiro de Aguiar galardoada em Bruxelas

Claúdia Monteiro de Aguiar eurodeputada do PSD, foi galardoada em Bruxelas com o prémio de melhor deputada ao Parlamento Europeu em 2015, na categoria de Turismo.

Os *“MEP Awards 2016”*, organizados pela *“The Parliament Magazine”*, visam distinguir os melhores eurodeputados do ano em 20 diferentes categorias, sendo os vencedores escolhidos, entre três fina-

listas designados pela publicação, pelos restantes deputados europeus.

Para **Claúdia Monteiro de Aguiar** *“é com enorme satisfação que vejo, através da atribuição deste prémio, o reconhecimento do trabalho que tenho vindo a desenvolver na área do turismo. A garantia que fica é a continuidade no empenho e no desempenho das minhas funções.”* A Social democrata, **Claúdia Monteiro de**

Aguiar distinguiu-se em 2015 pelo seu trabalho no relatório *“Novos Desafios e conceitos para a promoção do Turismo na Europa”*, no Pacote de Vistos na Comissão Transportes e Turismo: *“Reformulação do código de vistos”* e a criação de um *“Visto de Circulação”*. Organizou ainda em Lisboa, a **1ª Conferência Internacional**, de um ciclo de Palestras, Trends & Dynamics: Europe Brand, que contou com mais de 200 agentes do sector e oradores internacionais. 

José Manuel Fernandes eleito deputado europeu do ano nos 'Assuntos Económicos e Monetários'

O Eurodeputado **José Manuel Fernandes** foi distinguido como "**Deputado Europeu do Ano**", vencendo a eleição para os '**MEP Awards 2016**' na categoria de '**Assuntos Económicos e Monetários**'.

Na gala dos '**MEP Awards 2016**', que teve lugar em Bruxelas, José Manuel Fernandes agradeceu a distinção e salientou a importância do trabalho no Parlamento Europeu "**para uma União Europeia mais forte e mais coesa, em favor da qualidade de vida dos cidadãos e do papel da Europa como líder mundial na promoção dos valores sociais e humanistas**".

Num ano marcado pelo trabalho mais intenso e exigente na **comissão dos orçamentos**, onde assume as funções de coordenador do PPE, José Manuel Fernandes destacou-se em 2015 nas negociações de **dossiês importantes na área económica e financeira**.

Enquanto relator do **Fundo Europeu para Investimentos Estratégicos (FEIE)**, também conhecido por "**Plano Juncker**", o Eurodeputado do PSD revelou um papel preponderante na definição do funcionamento e dos regulamentos deste novo instrumento de financiamento e investimento, assegurando **mecanismos reforçados a favor das PME e da coesão social e territorial**.

Com o objetivo de mobilizar 315 mil milhões de euros – 240 mil milhões em investimento público e 75 mil milhões em investimentos privados – para promover **o crescimento económico**, o Plano Juncker salvaguarda como fatores de seleção **a coesão territorial e a criação de emprego**.

Além disso, por proposta de José Manuel Fernandes e em **defesa de estados-membros em maiores dificuldades**, o FEIE não pode ter uma concentração geográfica ou temática e deve colmatar as falhas de mercado.

José Manuel Fernandes foi ainda o relator e responsável pelo Parlamento Europeu na negociação do "**Orçamento Geral da União Europeia para 2016**", onde valorizou os

apoios à **promoção do emprego e dinamização da economia**, com particular incidência nos domínios do conhecimento e da investigação. Deste orçamento sobressaiu o facto de ter feito valer o compromisso para a prioridade dos "**3E's - emprego, empresas, empreendedorismo**".

No orçamento deste ano da União Europeia foi possível mesmo reforçar o financiamento de programas como o **Horizonte 2020** (programa para a ciência, investigação e inovação, com mais 31,8 milhões de euros), o **Cosme** (programa para financiar as PME, ampliado em 14,2 milhões de euros) e o **Erasmus +** (programa de apoio à juventude, reforçado em 6,6 milhões de euros).

Para além do reforço da capacidade de **solidariedade interna**, José Manuel Fernandes tem-se batido pela capacidade da União Europeia ao nível da **solidariedade externa**, com particular atenção no reforço de dotações orçamentais para apoios aos refugiados e resposta à crise das migrações.

Eleito pela primeira vez um membro da comissão dos orçamentos.

Nesta 12ª edição dos '**MEP Awards**', foi pela primeira vez eleito um membro da comissão dos orçamentos, destacando-se pelo impacto do seu trabalho na esfera económica.


Os '**MEP Awards**' são atribuídos pela revista "**The Parliament Magazine**" e visam distinguir os melhores eurodeputados do ano em 20 diferentes categorias – mas das quais não faz parte o domínio orçamental. Os nomeados para os **MEP Awards** surgem de **propostas da sociedade civil**, cabendo à publicação a designação dos **três finalistas**. Os vencedores resultam de uma **votação pelos restantes deputados europeus**.

Na cerimónia de entrega dos '**MEP Awards**', José Manuel Fernandes destacou a iniciativa pela **oportunidade de suscitar mais um espaço escrutínio e avaliação do trabalho de qualidade desenvolvido pelo Parlamento Europeu e pelos seus deputados**".



"O Parlamento Europeu tem excelentes deputados de todas as nacionalidades. Os portugueses fazem um excelente trabalho que tem sido reconhecido pelos seus pares", afirmou o Eurodeputado do PSD, agradecendo a escolha dos colegas europeus.

José Manuel Fernandes – que também já havia sido escolhido pelos eurodeputados para coordenador do PPE na comissão dos orçamentos – reconheceu que a eleição e o prémio **"representam simultaneamente um refundado estímulo e redobrada responsabilidade para o trabalho no Parlamento Europeu"**.

A organização refere que este prémio visa distinguir "**um deputado que tem feito grandes progressos no sentido de ajudar a UE a sair da crise e aumentar a estabilidade económica**", apontando os Assuntos Económicos e Monetários como "**uma área política crucial para a promoção do crescimento e a estabilização das economias da Europa, na sequência da crise económica e da zona euro**". 

Fernando Ruas participa em Conferência de Imprensa com Jornalistas da imprensa regional

O Eurodeputado **Fernando Ruas** reuniu-se com **jornalistas da imprensa regional portuguesa** que se deslocaram a Bruxelas, numa organização da Representação Portuguesa do Parlamento Europeu em Lisboa para abordar as Políticas de desenvolvimento regional europeias e nacionais.

Nesta entrevista (conjunta com a Deputada Lílíana Rodrigues- S&D, PT), Fernando Ruas procedeu ao enquadramento das Políticas de Desenvolvimento Regional em termos históricos (desde a fundação da então CEE em 1957) acrescentando ainda a importância do desenvolvimento de **políticas específicas para os territórios de baixa densidade**, onde se desenvolvem economias de baixa densidade que desempenham um papel fulcral na fixação de pessoas nestes territórios, proporcionando ainda qualidade de vida e salários competitivos.

Para além disso, o Deputado Europeu referenciou ainda a revisão do Quadro Financeiro Plurianual 2014-2020 cuja discussão "formal" foi iniciada recentemente em sede de Comissão do Desenvolvimento Regional, tendo Fernando Ruas defendido a posição apresentada no Congresso do PSD de Espinho (juntamente com os restantes eurode-



putados do PSD) sobre esta matéria e que basicamente se resume a: Não redução dos envelopes nacionais (aliás, conforme previsto no Regulamento); Importância de se promover a simplificação processual no acesso aos Fundos Estruturais e a absoluta necessidade de se evitarem atrasos nos pagamentos (ou seja a resolução do **backlog** – diferencial entre os compromissos assumidos e os pagamentos).

Fernando Ruas concluiu, falando ainda um pouco sobre a revisão da Estratégia Europa 2020 e da Política de Coesão – no âmbito do relatório que teve a oportunidade de desenvolver e viu ser aprovado por 80% dos seus colegas no Parlamento Europeu em finais do ano passado. No final da sessão, Fernando Ruas teve ainda a oportunidade de responder a algumas questões mais específicas colocadas pelos jornalistas presentes. [E](#)

Portugueses têm de ser protegidos contra o racismo na Polónia

O Deputado **Carlos Coelho** exigiu respostas à Comissão Europeia sobre os **casos de racismo e xenofobia** contra Portugueses que se encontram na Polónia ao abrigo do programa Erasmus+, noticiados pela imprensa Portuguesa.

O Deputado ao Parlamento Europeu considerou que *"independentemente das motivações destes ataques, são relatos*

preocupantes. Quando vistos à luz do estado de sítio constitucional que assola a Polónia, estes ataques podem ser sintomáticos de falhas graves, sistémicas e inadmissíveis num Estado-Membro da União Europeia". O Social-Democrata sublinhou, porém, que *"num primeiro momento, tem de ficar claro que protecção oferece a União Europeia a estes Portugueses!"*.

Neste sentido, Carlos Coelho perguntou à Comissão se: *"Está a monitorar estes acontecimentos na Polónia? Considera que estes constituem uma violação da Directiva sobre a igualdade racial e está disposta a activar os mecanismos à sua disposição, nomeadamente o procedimento por infracção?"*. No âmbito comunitário, que meios têm - ou deveriam ter - à disposição as vítimas destes ataques? [E](#)

Sofia Ribeiro afirma que “a responsabilidade dos Açorianos na crise do leite é nula”

Sofia Ribeiro interveio, na Sessão Plenária do Parlamento Europeu, em Estrasburgo, sobre a crise que afeta o setor da agricultura na Europa, e em especial nos Açores, onde defendeu algumas medidas para aliviar a crise no setor e que contou com a presença do Comissário Europeu da Agricultura, Phil Hogan.

A eurodeputada do PSD começou por lembrar na sua intervenção que *“a situação do setor do leite é dramática nos Açores, levando ao desespero milhares de famílias e uma Região ao desastre. Isto não é aceitável, especialmente porque a contribuição destes produtores para a situação de crise que atravessamos é nula. Já há muito tempo que pagam para trabalhar, endividando-se ainda mais”*.


Os Açores passam neste momento a maior crise de sempre no setor da agricultura onde 60% das explorações estão em falência técnica, afetando cerca de dois mil produtores de leite dos Açores. *“Apesar de algumas medidas paliativas que podem ser tomadas pelos Estados-membros, a solução terá de ser europeia para evitar o abuso do poder negocial das indústrias e da distribuição”*, defendeu a eurodeputada. *“Em Portugal, aplicam-se penalizações pelo aumento de produção e solicitam-se cauções aos produtores, prejudicando-os ainda mais, numa versão rasca de quotas leiteiras que apenas funciona pela negativa e internamente, provocando ainda mais assimetrias. Castiga-se os que menos produzem, deixando outros produzir sem limites”*.

Em setembro, a Comissão Europeia já tinha anunciado um pacote de ajudas ao sector do leite no montante de 420 milhões de euros para todos os Estados-Membros, mas a Eurodeputada açoriana voltou a apelar à promoção de *“uma ambiciosa campanha europeia de informação e de incentivo ao consumo do leite que está a ser atacado sem a devida resposta, esclarecendo os mitos associados e promovendo os seus benefícios”* tendo prosseguido defendendo *“regras claras na indicação da origem e apoio na certificação da sua composição (no caso dos Açores falamos da presença de Ómega3, CLA’s, iodo, entre outros)”*.



Sofia Ribeiro afirmou: “a situação do setor do leite é dramática nos Açores, levando ao desespero milhares de famílias e uma Região ao desastre. Isto não é aceitável, especialmente porque a contribuição destes produtores para a situação de crise que atravessamos é nula. Já há muito tempo que pagam para trabalhar, endividando-se ainda mais”

Sofia Ribeiro terminou a sua intervenção questionando o comissário presente na reunião: *“queremos um sector competitivo a nível mundial beneficiando poucos e privilegiados membros de um clube selectivo de produtores europeus, ou queremos ser competitivos promo-*

vendo o desenvolvimento sustentável do centro e da periferia da Europa, das regiões e territórios mais remotos da união? Não podemos tornar a Europa competitiva apenas à custa do fim da actividade dos mais vulneráveis, dos mais distantes dos grandes mercados”. 

Cláudia Monteiro de Aguiar vê aprovado relatório das Pescas

A votação realizada, em Estrasburgo, determinou um apoio expressivo à proposta de criação de um regime complementar de **apoio à pesca costeira nas regiões ultraperiféricas**, semelhante ao modelo do POSEI agrícola. A criação de etiquetas ou rótulos que garantam a qualidade dos produtos da pesca local, o aumento das quotas para os pescadores artesanais e a promoção da aquicultura como actividade complementar à pesca foram também aprovadas em plenário, num relatório em que a deputada madeirense foi relatora em nome do PPE.

Segundo **Cláudia Monteiro de Aguiar** “*é nosso dever, sobretudo quando conhecemos bem a realidade, salvaguardar os interesses e defender as especificidades das regiões que sofrem de alguns constrangimentos como é o caso das Ultraperiferias. É necessário um tratamento diferenciado para tratar aquilo que é distinto e no caso das pescas e das actividades piscatórias ou ligadas ao mar, precisamos encontrar soluções distintas. A aprovação deste relatório defende a pequena pesca costeira e valoriza as profissões ligadas à actividade marítima ou seja todos quantos tem na pesca a sua fonte de rendimento*”.

O relatório “*Inovação e diversificação da pesca costeira artesanal nas regiões dependentes da pesca*” de que Cláudia Monteiro de Aguiar foi responsável no Partido Popular Europeu, pretende adaptar a definição da pequena pesca costeira e da pesca tradicional em função das características socioeconómicas e especificidades das diferentes regiões e não exclusivamente em função da dimensão ou capacidade dos barcos de pesca, como até aqui tem sido regra.

Este documento conta ainda com a aposta em novas cadeias de comercialização que beneficiem os pescadores, na introdução de novas tecnologias quer na promoção quer na venda de produtos e serviços relacionados com a pesca, mas foca também a importância no desenvolvimento do segmento turístico e cultural das pescas.

“Conseguimos que as Regiões Ultraperiféricas tenham, no futuro da pesca europeia, um tratamento diferenciado. Insiste-se na criação



Cláudia Monteiro de Aguiar “é nosso dever, sobretudo quando conhecemos bem a realidade, salvaguardar os interesses e defender as especificidades das regiões que sofrem de alguns constrangimentos como é o caso das Ultraperiferias. É necessário um tratamento diferenciado para tratar aquilo que é distinto e no caso das pescas e das actividades piscatórias ou ligadas ao mar, precisamos encontrar soluções distintas...”

de novas tipologias de apoio, enquadradas nos financiamentos europeus já existentes, para que mais e novas áreas possam merecer financiamento” defendeu a Eurodeputada do PSD, em Estrasburgo.

No que respeita aos barcos de pesca, o Parlamento entende que se deve analisar a possibilidade de permitir a exploração mista dos navios que exercem actividades de captura para que possam participar noutros tipos de actividades associadas aos sectores do turismo e do lazer, promovendo-se as tradições, a história e o património de pesca em geral


(artes de pesca, técnicas, documentos históricos, etc.).

Ainda nesta área é solicitada uma maior flexibilidade para os navios com menos de 12 metros relativamente ao diário de bordo, no que diz respeito, por exemplo, à obrigatoriedade de enviar os documentos no prazo de 48 horas.

O relatório aprovado pelo Parlamento Europeu será agora enviado à Comissão Europeia que se deverá pronunciar sobre as propostas aprovadas pelos Eurodeputados.


Paulo Rangel preside a Grupo de Trabalho do Grupo PPE sobre o Futuro da Europa

Paulo Rangel foi encarregue pela presidência do Grupo PPE de redigir um documento sobre o Futuro da Europa. O Documento será discutido na reunião da direcção do Grupo político que decorrerá no próximo mês de Junho em Nice.

Nos últimos meses o Vice-presidente do Grupo Parlamentar do PPE e chefe da delegação Portuguesa do PSD tem vindo a recolher diversos contributos dos seus colegas deputados em matérias que vão desde a política externa, passando pela política de defesa e segurança até às questões sociais e económicas. 

Fernando Ruas intervém com vista à certificação europeia do “Folar de Valpaços”

A gastronomia, além de ser parte da cultura e identidade de um povo possui um valor económico (multiplicativo) intrínseco não despreciando. A União Europeia sabe-o bem e reconhece a excelência, a genuinidade e a singularidade de alguns produtos gastronómicos europeus.


Em Portugal e a par de outros produtos tradicionais, o **Folar de Valpaços** é um exemplo da expressão material que a gastronomia e a preservação de costumes e tradições firmam no presente e pretendem assegurar no futuro. Enquanto produto gastronómico de excelência reconhecida, o Folar de Valpaços é desde há muito um símbolo da Região Norte Interior de Portugal. Tendo o pedido de registo de Indicação Geográfica Protegida para o “Folar de Valpaços” sido submetido em finais de Setembro do ano passado pelo Ministério da Agricultura português e considerando que o prazo para a conclusão da sua análise terminaria a 23 de Abril passado, o Deputado ao Parlamento Europeu **Fernando Ruas**, questionou o Comissário Europeu Phil Hogan (Agricultura e Desenvolvimento Rural), sobre qual o ponto da situação deste *dossier*. O Gabinete do Comissário Hogan remeteu uma resposta ao Deputado Fernando Ruas afirmando que “*o pedido de registo do ‘Folar de Valpaços’ como Indicação Geográfica Protegida (IGP) está neste momento, a ser analisado pelos serviços da Comissão*”, acrescentando que “*uma carta sugerindo pequenas alterações de redacção e solicitando esclarecimentos ligeiros foi enviado ao Estado-membro em causa em 2016/04/05*”. 



Solução é fazer Outsourcing à Turquia?

O Parlamento Europeu debateu o acordo sobre a cimeira UE-Turquia de 7 de Março e a cimeira de 17-18 Março. **Carlos Coelho** afirma ironicamente que “*no dia 7 de Março os Chefes de Estado acordaram que na próxima semana decidirão algo de concreto e que irão acelerar a implementação do acordo firmado com a Turquia...em Novembro*”. No entanto, “*olhando para as linhas gerais anunciadas, promete-se mais, em troca de mais, sem que até aqui os Estados-Membros tenham cumprido com o menos*”.

O Deputado sublinha que “*o acordo assenta essencialmente em dois pilares: mais dinheiro e a chamada reinstalação (algo semelhante ao mecanismo de recolocação, mas com a Turquia)*. **Uma vez mais, os Chefes de Estado prometeram a um Estado Terceiro o que não conseguem cumprir entre si. Cresce a sensação que fácil mesmo é optar pelo outsourcing. Parece ser mais fácil prometer dinheiro a quem afirma poder realizar o que não estamos a conseguir fazer”.**

Carlos Coelho conclui que “*mais grave, porém, é que segundo o Eurojust, a Comissão Europeia, e diversas ONGs, são as muitas dúvidas que recaem sobre a Turquia no respeito pelo Estado de Direito, os Direitos Fundamentais e até mesmo as normas de asilo. A realidade defende soluções concretas, e não ideais inconsequentes. Mas deve-nos preocupar que, perante uma crise existencial, a Europa decida ignorar justamente o que lhe deu origem: os valores*”. 

Delegação do Parlamento Europeu visita campo de refugiados na Turquia

Delegação do Parlamento Europeu visita campo de refugiados na Turquia: **“Emergência humanitária agrava-se todos os dias e exige urgência na solução do problema”.**

José Manuel Fernandes: *“visitar um campo de refugiados é perturbador. Em cada um deles via os meus filhos, a minha mulher, a minha família!”*

Gaziantep (Turquia), 11-02-2016

Uma delegação da comissão dos orçamentos do Parlamento Europeu esteve em Fevereiro nos campos de refugiados da Turquia, onde sentiu a dimensão do drama humano e civilizacional provocado pela guerra na Síria e na iminência de se agravar.

“A gravidade da situação implica que se actue com rapidez. Estamos a agir sobre as consequências de uma guerra. É uma obrigação que convoca toda a humanidade. Mas temos de ir à origem e causa do problema. Há que acabar com a guerra na Síria! Essa é a única solução”, aponta o Eurodeputado José Manuel Fernandes, no balanço da visita que hoje termina.

Para o social democrata e coordenador do PPE na comissão dos orçamentos, **“a emergência humanitária agrava-se todos os dias exige e exige urgência na solução do problema”**, para além da necessidade de, em simultâneo, se garantir **“transparência e que os recursos financeiros chegam aos refugiados”**.

Nesta visita da delegação do Parlamento Europeu, o principal objectivo é procurar coordenar as ações de apoio aos refugiados face às várias fontes de financiamento e às inúmeras entidades presentes no terreno.

O programa inclui reuniões com vários membros do governo turco, embaixadores, as principais ONG na Turquia e visita a um campo de refugiados. A Turquia tem

mais de 900 quilómetros de fronteira com a Síria, estando obviamente exposta ao fluxo de refugiados sírios. A Turquia conta já com mais de 2,6 milhões de refugiados sírios. Face aos recentes bombardeamentos russos, o drama e o número de refugiados na Turquia tem tendência a aumentar. Neste momento, estão mais de 50 mil refugiados sírios à porta da Turquia, à espera de entrar.

“É provável que tudo se precipite: há mais de 11 milhões de pessoas na Síria a viver na penúria, fartos de fugir à guerra e predispostos a tudo fazer para saírem do país”, alerta, José Manuel Fernandes, relator do orçamento da UE para 2016, sublinhando a preocupação com a dimensão desta crise humanitária. Apenas 10% dos refugiados estão em campos de acolhimento e mais de metade dos refugiados são jovens. Os restantes 90% estão em comunidades locais, em que em muitas delas estão em maior número do que a população local. Esta situação cria problemas em termos de infra-estruturas e de pobreza.


A Turquia afirma que já investiu cerca de 9 mil milhões de euros desde o início do conflito para ajudar os refugiados e que recebeu pouco mais de 500 milhões de euros. A União Europeia acordou uma ajuda de 3.000 milhões para 2016 e 2017.

José Manuel Fernandes constatou o esforço da Turquia e o trabalho notável que as instituições humanitárias e ONG fazem no terreno. Na região de Gaziantep, o Eurodeputado visitou o campo de refugiados de Osmaniye, em que o Governador e as instituições locais tratam estes refugiados como os “convidados”. Afirmam que foram enviados por Deus. No campo de Osmaniye, estão 9.500 refugiados distribuídos por 2.000 tendas. Há água, 15 pequenas lojas, médico, farmácia, escola, espaço para lazer. Cada refugiado tem mensalmente cerca de 16

euros para alimentação que podem adquirir no supermercado do campo e 11 euros para outras despesas, recebendo duas cartas bancárias para esse objectivo (85 libras turcas).

O eurodeputado deixa o testemunho pessoal da visita ao campo de refugiados: **“Estive numa dessas tendas com uma família. Um casal jovem com uma filha convidou-me a entrar. Ele veterinário, ela professora. Insistiram para que entrasse. Descalcei-me. Ofereceram-me café. Estão ali desde 2012, mas têm esperança em voltar a casa. Aliás, querem todos voltar para a Síria, logo que haja condições mínimas de segurança. Não percebem a razão da guerra e a postura dos vários “actores”. Agradecem-nos a ajuda. Nas escolas para crianças sírias, só encontrei mulheres a leccionar. Desde 2012, já nasceram 907 crianças e morreram 146 pessoas neste campo. Na Turquia, desde o início, do conflito já nasceram mais de 150 mil crianças sírias.”**

“Visitar um campo de refugiados é perturbador. Em cada um deles via os meus filhos, a minha mulher, a minha família! Foi um ensinamento. Ensinou-me a dar valor à paz, a perceber que, de repente, tudo muda. Falei com vários refugiados que ainda há pouco tempo tinham tudo, hoje não têm nada. Há as crianças que viram os pais e mais familiares morrerem... Enfim... Estamos a agir sobre as consequências de uma guerra. É uma obrigação que convoca toda a humanidade. Mas temos de ir à origem e causa do problema. Há que acabar com a guerra na Síria!”

Nota: A Turquia quer aderir à UE. Desde 2001, tem recebido apoio da UE no âmbito do instrumento de Pré-adesão (até 2020 cerca de 10 mil milhões de euros). O Banco Europeu de Investimento empresta por ano cerca de 2 mil milhões de euros. Mas a prioridade são os refugiados sírios. 

Cláudia Monteiro de Aguiar propõe criação de plataforma para mobilidade no sector do Turismo

A Deputada Madeirense oradora na Conferência "Atrair Investimento para o Turismo". A Conferência de Alto Nível "Atrair Investimento para o Turismo", em Bruxelas, contou com a participação de três Comissárias Europeias, Elzbieta Bienkowska, responsável pelo Turismo, Marianne Thyssen, com a pasta do Emprego, Assuntos Sociais, Mobilidade Laboral e Competências, e Corina Crețu, responsável pelo Desenvolvimento Regional, e dos Ministros do Turismo de Malta e da Bulgária.

A Deputada **Cláudia Monteiro de Aguiar** marcou também presença, como uma das oradoras no Painel sobre as "Oportunidades de Financiamento para investir no capital Humano" onde destacou "que o Destino Europa só será distinto dos seus concorrentes se oferecer serviços de qualidade". A Deputada acredita que para isso é preciso juntar forças e apela "à Indústria que crie um Erasmus para o Turismo para os empregados, mas também os empregadores, que combata em, simultâneo, a precariedade no sector, muito ligada à sazonalidade do mesmo."

Para a Deputada Madeirense esta não é uma ideia nova "até porque as grandes cadeias hoteleiras já o fazem," mas acredita que "a criação desta plataforma irá criar oportunidades de mobilidade para as PME que representam 90% do tecido empresarial da União". Sublinha ainda



que é necessário uma "Aliança entre os diferentes agentes, nomeadamente as Universidades, os Politécnicos e a Indústria" afirma a Eurodeputada.

Cláudia Monteiro de Aguiar afirma que é urgente "fazer uma aposta clara na formação de base e vocacional no sector do Turismo" destacando "que o Turismo é das Indústrias que mais requer um Curriculum Vitae diversificado, abrangente e evolutivo. Competências nas novas tecnologias da informação e comunicação, no conhecimento de idiomas, mas também nas relações interpessoais como saber a gastronomia adequada,

hábitos e cultura, horários." Quanto ao financiamento existente, Cláudia Monteiro de Aguiar, dá o exemplo do Garantia Jovem, do Fundo Social Europeu, mas também dos Fundos Estruturais que "podem e devem ser usados para criar empregos de qualidade no Turismo, numa altura em que o desemprego jovem é flagrante e o crescimento do Turismo em Portugal atinge números recordes." A Deputada acredita que "é um dos sectores da Economia com enorme potencial de desenvolvimento e criação de emprego, e que os programas existentes de formação devem ser adaptados a esta realidade."

Prémio Carlos Magno 2016 - Carlos Coelho felicita BEST Porto

Reuniu em Estrasburgo o **Júri nacional do Prémio Carlos Magno** que além do Deputado **Carlos Coelho** foi integrado também pelos Deputados **Liliana Rodrigues** (PS) e **José Inácio Faria** (MPT).

Entre os diferentes concorrentes, o **Juri nacional decidiu por unanimidade atribuir o 1º lugar ao European BEST**

Engineering Competition - Final Round 2015 que ocorreu na **Universidade de Porto** de 2 a 11 de Agosto de 2015.

No evento participaram 120 estudantes de diferentes países num programa rico em actividades de natureza técnica mas também de trabalho em grupo e de comunicação.

O vencedor nacional integra o conjunto dos 28 projectos (um por cada Estado-Membro) que será apreciado pelo Júri europeu a quem caberá escolher o vencedor até 7 de Abril de 2016 e atribuir prémios aos 3 melhores classificados. Carlos Coelho felicitou o proponente **Tiago Filipe Sousa Pinto** e sublinhou a qualidade do relatório assinado por **Felipe Afonso Vieira** e **Joana Silva**.

Empresários desafiados a postura mais competitiva e concorrencial no acesso a apoios europeus

Os recursos europeus para apoiar as empresas e o crescimento económico “são imensos”. Mas “o fundamental é sabermos o que queremos e organizarmo-nos para nos candidatar aos fundos e programas europeus que vão ajudar a acrescentar valor e produzir riqueza sustentável, que crie emprego”. A ideia foi enfatizada pelo Eurodeputado **José Manuel Fernandes** no debate “DISH 2020 - Vamos conversar sobre oportunidades?” em Braga.

Perante duas centenas de pessoas – sobretudo empresários –, José Manuel Fernandes abriu o evento elencando diversos programas europeus que podem ajudar as empresas na concretização de novos projetos para criar emprego e mais valor. Uma abrangência reforçada agora pelo **Fundo Europeu para Investimentos Estratégicos (FEIE)**, conhecido também como ‘**Plano Juncker**’ e que prevê mobilizar 315 mil milhões de euros em investimentos nos próximos anos.

Como explicou o eurodeputado, “há imensos fundos e programas europeus” que permitem apoiar qualquer tipo de novo investimento. Haverá sempre forma de encontrar apoios e recursos, necessariamente no pressuposto de contribuir para uma estratégia de crescimento inteligente, sustentável e também inclusivo, que traga mais emprego.

Por isso, realçou o alerta que “*fundamental é saber bem o que nos pode ajudar a criar valor e a ser mais competitivos, seja no território ou no domínio público, seja nas empresas ou numa instituição social*”. Uma mensagem corroborada por Carlos Oliveira, presidente conselho de administração da InvestBraga, Carlos Neves, vice-presidente da CCDRN, e Fernando Martins, diretor executivo da estrutura de gestão do Plano Nacional de Ação para a Eficiência Energética (PNAEE).

Sustentando as razões do apelo a uma postura mais competitiva dos empresários, José Manuel Fernandes revelou que “o futuro dos apoios europeus assenta numa lógica de funcionamento cada vez mais como instrumentos financeiros para acesso facilitado ao crédito”, e não no modelo tradicional de “subsídios ou a fundo perdido”.



Para além do ‘Portugal 2020’

Nesta lógica mais concorrencial de acesso aos recursos europeus disponíveis, o Eurodeputado desafiou os empresários a “*irem para além da espécie de ‘rendimento mínimo garantido’ que constituem os fundos e programas nacionais do Portugal 2020*”, candidatando-se aos programas geridos centralmente pela Comissão Europeia.

Nesse sentido, apontou os programas **Cosme** (constituído à base de instrumentos financeiros dedicados especificamente às PME), o **Life** 2014-2020 (direcionado para promover uma economia eficiente e a proteção da Natureza) e o **EaSi** (programa para o Emprego e a Inovação Social, assente em três eixos, Progress, EURES e o Instrumento de Microfinanciamento Progress, virado para o emprego e o empreendedorismo social).


O **Horizonte 2020**, gerido pelo comissário português **Carlos Moedas**, merece uma atenção especial, sendo o maior programa do mundo para a investigação e a inovação, com mais de 80 mil milhões de euros. Este programa destaca-se o **SME Instrument**, exclusivamente dedicado a pequenas e médias empresas e permanentemente aberto a candidaturas, permitindo acesso facilitado a financiamentos que podem chegar aos 2,5 milhões de euros por projeto. Até ao final de 2015, Portugal contabilizava 145 candidaturas aprovadas no **SME Instrument**, sendo que Itália, com 887 candidaturas aprovadas, lidera este ranking, seguida da Espanha – conforme adiantou o Eurodeputado José Manuel Fernandes.

O ‘Plano Juncker’

A grande diversidade de apoios europeus veio ser fortemente intensificada pelo ‘**Plano Juncker**’, que permite garantir financiamento para qualquer projeto sustentável que não disponha de um programa específico de apoio e não consiga obter financiamento viável na banca.

Este Fundo Europeu para Investimentos Estratégicos – que ainda permite apoiar financiamento de áreas não cobertas num projeto apoiado por outro programa comunitário – prevê a mobilização de 240 mil milhões de euros para investimentos e 75 mil milhões de euros para as empresas, com particular enfoque nas PME.

José Manuel Fernandes, que foi o relator do Parlamento Europeu para o ‘**Plano Juncker**’, aproveitou para deixar o desafio à criação de plataformas de investimento, que podem ser de âmbito regional ou temáticas, seja no campo das infraestruturas sociais, da saúde, da eficiência energética ou até mesmo da inovação ou do conhecimento.

Aos empresários, o eurodeputado deixou ainda uma referência especial para a criação de uma estrutura europeia de aconselhamento ao investimento (PEAI), que já está em funcionamento e cujos serviços são gratuitos para as entidades públicas e com um custo reduzido a um terço do valor real para as PME. Nesta estrutura ou “plataforma de aconselhamento”, o empresário pode receber informação especializada sobre a viabilidade e a melhor forma de obter financiamento e apoio aos seus projetos. 

Para Sofia Ribeiro: “Portugal não pode desperdiçar os esforços dos portugueses”



A Eurodeputada **Sofia Ribeiro** apresentou no plenário de Estrasburgo o relatório sobre as **questões do emprego e aspetos sociais do Semestre Europeu**, do qual é relatora do Parlamento Europeu.


Sofia Ribeiro iniciou a sua intervenção dizendo que o relatório elaborado *“transforma a União Europeia numa Europa Social moderna e salienta as medidas concretas que é necessário implementar para impulsionar um desenvolvimento social sustentável”*. Depois de intensas negociações, o relatório alcançou o consenso dos maiores grupos políticos, na Comissão do Emprego e Assuntos Sociais e foi aprovado em Plenário pela esmagadora maioria dos Eurodeputados. Desde que foi anunciada como relatora, Sofia Ribeiro bateu-se pela introdução de **medidas potenciadoras do emprego**, colocando a tónica na formação. Pela primeira vez, este relatório insere os **indicadores sociais de taxa de atividade, desemprego jovem e desemprego de longa duração** na análise da situação dos Estados-Membros, o que faz com que o relatório se *“aproxime da vida real dos*

européus”. *“Este é um passo que nos permite dar uma resposta direta e justa para os nossos cidadãos, tendo em conta as suas expectativas, preocupações e necessidades”*, explicou.

O relatório foca-se também na necessidade de consolidar as finanças públicas e os sistemas fiscais, tendo em conta a frágil situação económica de muitos Estados-Membros. Para Sofia Ribeiro, **“Como temos visto nos últimos anos, a resiliência dos Estados-Membros à crise financeira está ligada à capacitação das respectivas finanças públicas, e os que têm os piores resultados são aqueles com economias mais instáveis e com défices maiores”**.

Questionada sobre os efeitos no crescimento do processo do Semestre Europeu, Sofia Ribeiro declarou que *“cabe aos governos dos Estados Membros alcançar a confiança dos investidores e dos cidadãos, pelo que não podemos fazer tábua-rasa de todas as políticas desenvolvidas até aqui, nem desperdiçar o esforço dos cidadãos. Preocupa-me ver isto no caso de Portugal, pois o actual governo apenas se tem*

limitado a reverter todas as políticas implementadas nos últimos quatro anos, esquecendo que em 2011 tivemos de recorrer à ajuda externa porque nos encontrávamos numa situação de pré-bancarrota, que nos conduziria a uma situação em que não poderíamos assegurar as mais básicas funções sociais do Estado. Quando recorremos a essas ajudas, tivemos de nos sujeitar às imposições dos credores, cujo impacto social foi devastador. Não obstante, foi feito um enorme esforço nacional para conseguir recuperar a confiança e a credibilidade do País, com vista ao desenvolvimento económico e social, que não podemos desbaratar se queremos evitar situações semelhantes no futuro.”


Recorde-se que o Semestre Europeu de 2016 foi lançado com a publicação da Análise Anual do Crescimento documento que confirma a estratégia da Comissão em matéria de crescimento e emprego, e que assenta em três pilares fundamentais: relançar o investimento, prosseguir as reformas estruturais para modernizar as nossas economias e conduzir políticas orçamentais responsáveis. 

Não somos reféns da Turquia

O Parlamento Europeu debateu a decisão de **prolongar até 2 anos os controlos nas fronteiras entre Estados-Membros**, bem como a **isenção de visto à Turquia**.

Carlos Coelho considerou que a proposta da Comissão de prolongar os controlos nas fronteiras da Alemanha, Áustria, Dinamarca, Suécia e Noruega até dois anos é previsível mas **"não deve servir para justificar as irracionalidades e os egoísmos nacionais que temos visto"**. No entanto, alerta que tem **"dúvidas sobre se o código de fronteiras Schengen estará a ser respeitado, mas estou certo que - neste momento - já não temos alternativa. Este é o sintoma de um mal maior. Temos que atacar a doença: temos de resolver os problemas de longo prazo en-**

quanto respondemos ao de curto prazo".

Relativamente ao processo de liberalização de vistos com a **Turquia**, o Deputado ao Parlamento Europeu considerou que **"somos confrontados com as contrapartidas deste acordo. Aqui o Parlamento tem uma palavra decisiva: não haverá isenção de vistos, se não forem cumpridos todos os requisitos - como qualquer outro país terceiro. Mas esse não é o problema essencial"**. Carlos Coelho reiterou que **"este acordo pode até reduzir o número de pessoas que chegam às nossas fronteiras, mas permanece um acordo contrário aos nossos valores"**, e sublinha que **"não somos reféns da Turquia. Hoje parecemos reféns do nosso próprio desnorte, mas há sempre uma boa alternativa: actuarmos em conjunto enfrentando este problema com a dimensão europeia que tem"**. 



Cláudia Monteiro de Aguiar protege os Portos da Madeira e dos Açores Luz Verde do Parlamento Europeu para salvaguardar Portos das Regiões Ultraperiféricas

Cláudia Monteiro de Aguiar viu aprovada, no Parlamento Europeu, uma proposta que salvaguarda as Regiões que dependem dos Portos Marítimos como é o caso da Região Autónoma da Madeira. A Eurodeputada pretende assim **proteger os portos das regiões insulares** que, por serem de menor dimensão e maior afastamento da Europa continental, não devem estar sujeitos às mesmas regras de funcionamento que os portos do continente.

A Eurodeputada acredita que este regulamento trará maior concorrência aos Portos da União **"permitindo um aumento da concorrência entre Portos no mesmo País, e entre Portos**

da União e Portos de Países terceiros, que se encontram nas fronteiras externas da União. Para Portugal poderá ser importante atrair mais operadores que normalmente operam no Norte de África e em Espanha". No entanto, Cláudia Monteiro de Aguiar destaca que **"a abertura imposta no acesso ao mercado dos serviços portuários poderá também ter efeitos negativos nos portos de menor dimensão e ultraperiféricos como é o caso da Madeira"**.

O novo regulamento pretende aplicar um modelo único europeu para o acesso ao mercado dos serviços portuários, respeitando os modelos de gestão estabelecidos a nível nacional.

Para isso apresenta medidas que reforçam o princípio da autonomia das autoridades portuárias no estabelecimento de taxas portuárias, assim como a possibilidade de atrair novos operadores, com critérios de limitação da obrigação de serviço público e maior clareza no que respeita a ajudas de estado.

No compromisso aceite por todos os Grupos Políticos e aprovado hoje no Parlamento Europeu, a Deputada Madeirense congratula-se com a aprovação desta derrogação, salientando que **"a aplicação ou não deste regulamento, nos Portos da Madeira e dos Açores, fica a cargo das autoridades nacionais"**. 